



165

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



Apelação Criminal nº: 0208537-8

Comarca Origem: Glória do Goitá - Vara Única

Apelante: *5711* Ministério Público do Estado de Pernambuco

Apelado: José Pedro de Lima

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador de Justiça: Maria Tereza de Oliveira e Silva

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. SUBMISSÃO DO RÉU A NOVO JULGAMENTO. APELO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A tese da defesa não encontra respaldo na prova constante dos autos. Apesar de existirem duas versões para os fatos, uma delas – no caso, a apresentada pelo réu – não encontra respaldo na prova produzida em juízo, vez que não é verossímil.
2. A prova testemunhal, de forma uníssona, afirma que o réu foi agredido com uma faquinha de cortar pão pela vítima e, em seguida, entrou em sua casa, pegou uma faca peixeira e voltou para feri-la mortalmente, atitude que, obviamente, afasta a iminência ou atualidade da agressão e, ainda, a moderação dos meios empregados para afastá-la.
3. A decisão dos jurados, portanto, evidencia-se como arbitrária, porquanto destoa, em absoluto, do conjunto probatório constante dos autos. A jurisprudência dos nossos Tribunais Superiores é uníssona no sentido de que não há violação ao princípio constitucional da soberania dos veredictos quando a decisão do Tribunal do Júri é manifestamente contrária à prova dos autos.
4. À unanimidade, deu-se provimento ao recurso de apelação, determinando-se a renovação do julgamento do apelado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de apelação criminal nº 208537-8, em que figuram, como apelante, o Ministério Público Estadual e, como apelado, José Pedro de Lima, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de

M



166

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



Pernambuco, **por unanimidade de votos**, em dar provimento ao presente apelo, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

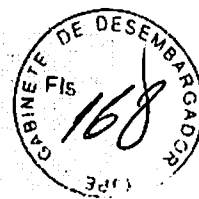
Recife, 12 de maio de 2010.


Des. **Mauro Alencar de Barros**
Relator



167

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Apelação Criminal nº: 0208537-8
Comarca Origem: Glória do Goitá - Vara Única
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: José Pedro de Lima
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Maria Tereza de Oliveira e Silva
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação criminal interposta tempestivamente pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco contra a sentença prolatada pelo MM Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Glória do Goitá que, acolhendo a decisão proferida pelo Conselho de Sentença, absolveu José Pedro de Lima da prática do crime tipificado no art. 121, *caput* do Código Penal contra a vítima Elias Barbosa de Souza.

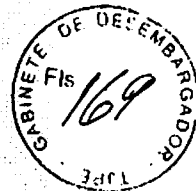
O Ministério Público, com esteio no art. 593, III, "d" do Código de Processo Penal, apelou da sentença, arguindo que a decisão do Júri é manifestamente contrária à prova dos autos.

Contrarrazões às fls. 147/151, pugnando pela manutenção da sentença.



168

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Parecer da douta Procuradoria de Justiça às fls. 162/165,
opinando pelo provimento do apelo.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 07 de abril de 2010

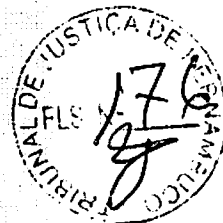
Des. Mauro Alencar de Barros

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

169



Apelação Criminal nº: 0208537-8
Comarca Origem: Glória de Goitá - Vara Única
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Apelado: José Pedro de Lima
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Maria Tereza de Oliveira e Silva
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Narra a peça acusatória que, no dia 12 de março de 1998, por volta das 14 horas, o réu assassinou a golpes de faca peixeira a vítima Elias Barbosa de Souza.

Ainda segundo a exordial, o réu e a vítima mantinham animosidade em virtude de uma desavença ocorrida entre ambos no dia anterior ao crime.

Submetido o réu a julgamento pelo Tribunal do Júri, decidiu o Conselho de Sentença, por maioria de votos, acolher a tese de legítima defesa, absolvendo-o.

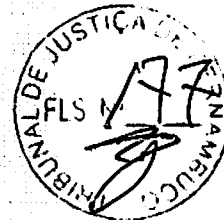
Pretende o Ministério Público do Estado, através do presente recurso, com base no art. 593, inciso III, alínea "d" do Código de Processo Penal, a anulação da decisão proferida pelo Tribunal do Júri da Vara Única da

M



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

170



Comarca de Glória do Goitá, pugnando pela realização de um novo julgamento.

Aduz o representante do *parquet* estadual que a decisão do Conselho de Sentença contraria manifestamente a prova dos autos, visto que restaram comprovadas nos autos a materialidade do delito e a autoria, além de que não restou provada nos autos que o réu tenha agido em legítima defesa.

Sustenta que a versão do acusado, além de contraditória, destoa em absoluto da prova testemunhal produzida em juízo, que evidencia a prática do crime de homicídio, uma vez que o acusado não reagiu de forma imediata à agressão levada a efeito pela vítima, correspondendo sua atitude, na realidade, a um revide.

Analisando-se a prova constante dos autos, vê-se que a materialidade acha-se devidamente demonstrada pela certidão de óbito de fls. 10 e pela perícia tanatoscópica de fls. 17/20.

No tocante à autoria, o réu, em seu interrogatório, confessou a prática delitiva, porém sustentou a tese de que agiu em legítima defesa, nos seguintes termos:

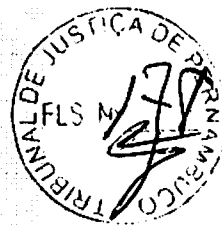
"(...) o fato ocorreu porque a vítima e acusado já haviam se desentendido antes, cerca de 15 dias atrás, e no dia do fato, o acusado não quis deixar a vítima entrar em sua casa, onde estava bebendo com alguns amigos; que da última vez em que a vítima esteve na casa do acusado, ela havia urinado em seu quarto, e o acusado reclamou e a vítima não gostou; que no dia do fato, diante da insistência da vítima de entrar na casa do acusado, este empurrou a vítima de porta afora, a qual caiu na calçada, e quando se levantou já foi com uma faca na mão, com a qual feriu o acusado na região torácica (sic), e o acusado, que também estava armado,

MF



171

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



desferiu um golpe de faca peixeira no coração da vítima, que lhe causou a morte imediata (...)"

Quanto às testemunhas, tem-se o seguinte:

- a) Severino João da Silva (fls. 48), disse que a vítima chegou e, sem que houvesse qualquer discussão, o réu a empurrou e, em seguida, entrou em sua casa, pegou uma faca, retornou e deu um golpe na vítima;
- b) José João de Lima (fls. 52), disse que a vítima chegou na casa do acusado, que não a deixou entrar e a empurrou e esta caiu; quando a vítima se levantou, pegou uma faca de cortar pão e feriu o acusado, que, por seu turno, entrou em sua casa, foi numa caixa que estava em cima da mesa e pegou uma "8 polegadas e mandou por cima do peito da vítima";
- c) Severino Simplício de Farias (fls. 52) trouxe a mesma versão de José João de Lima.

O Conselho de Sentença, acolhendo a tese da defesa, decidiu pela absolvição do réu, por maioria de votos.

Acontece que a tese da defesa, efetivamente, não encontra respaldo na prova constante dos autos.

Apesar de existirem duas versões para os fatos, uma delas - no caso, a apresentada pelo réu - não encontra respaldo na prova produzida em juízo, vez que não é verossímil.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

172



O réu, em seus interrogatórios realizados durante a instrução e, bem assim, em plenário, afirmou que já estava armado quando foi agredido pela vítima, mas essa não foi a versão por ele contada durante o inquérito, ocasião em que afirmou exatamente o mesmo que as testemunhas José João de Lima e Severino Simplício de Farias: que empurrou a vítima para que ela não entrasse em sua casa, a qual caiu no chão; ao se levantar, o feriu com uma faca de cortar pão; momento em que entrou em sua casa, armou-se com uma faca peixeira e voltou para agredir a vítima.

Ora, somente age em legítima defesa quem, "usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem". (Grifo nosso).

In casu, a prova testemunhal, de forma uníssona, afirma que o réu foi agredido com uma faquinha de cortar pão pela vítima e, em seguida, entrou em sua casa, pegou uma faca peixeira e voltou para feri-la mortalmente, atitude que, obviamente, afasta a iminência ou atualidade da agressão e, ainda, a moderação dos meios empregados para afastá-la.

Em caso similar ao presente, veja-se o seguinte aresto do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

ART. 121, CAPUT, DO CP. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS: INOCORRÊNCIA. Apresentando os autos duas versões, a soberania do Tribunal do Júri permite o reconhecimento de uma delas, afastando a outra. A prova testemunhal permite a solução condenatória. LEGÍTIMA DEFESA: NÃO COMPROVADA. Ainda que restasse demonstrada que a agressão inicial tivesse partido da vítima, a desproporção da agressão do réu desnaturaria a excludente da legítima defesa que, para ser caracterizada, além de voltar-se contra injusta agressão, deve ser atual e proporcional à agressão sofrida. APELO DEFENSIVO IMPROVIDO.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

173



(Apelação Crime Nº 70025192220, Primeira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ivan Leomar Bruxel, Julgado em 18/02/2009)

Pelo exposto, entendo que não há provas nos autos que dêem sustentação à tese do réu, de que agiu em legítima defesa.

A decisão dos jurados, portanto, evidencia-se como arbitrária, porquanto destoa, em absoluto, do conjunto probatório constante dos autos.

A jurisprudência dos nossos Tribunais Superiores é uníssona no sentido de que não há violação ao princípio constitucional da soberania dos veredictos quando a decisão do Tribunal do Júri é manifestamente contrária à prova dos autos. Senão vejamos:

EMENTA: HABEAS-CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. JÚRI. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. ANULAÇÃO. VIOLAÇÃO À SOBERANIA DOS VEREDICTOS. INOCORRÊNCIA. 1. Paciente absolvido pelo Júri, que reconheceu ter ele agido em legítima defesa. Apelação provida para anular a decisão, porque contrariou a prova dos autos. Pretensão de restabelecer a sentença absolutória: Impossibilidade, por ser vedado o reexame de provas em habeas-corpus. 2. A decisão proferida em recurso de apelação interposto com fundamento no artigo 593, III, d, do Código de Processo Penal, caracteriza-se como verdadeiro juízo de cassação, não de reforma, e, por isso mesmo, não viola o princípio da soberania dos veredictos do Tribunal Popular. 3. Precedentes. Ordem denegada. (STF, HC 82050 / MS, 2ª Turma, Rel. Min. Maurício Corrêa, Dj de 21.03.2003, p. 72). (Grifo nosso).

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SURPRESA. JÚRI. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS NÃO MACULADA. EXCESSO DE LINGUAGEM. NÃO CONFIGURAÇÃO.
I. Quando a decisão do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri é manifestamente contrária à prova dos autos, a sua cassação pelo e. Tribunal de Justiça não viola a soberania dos veredictos.

Handwritten signature



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



174

(Precedentes).

II – No presente caso, o. e. Tribunal de Justiça, de forma suficientemente fundamentada, demonstrou que a decisão proferida pelos jurados, no que se refere ao afastamento da circunstância qualificadora, se afastou, inquestionavelmente, dos elementos de prova existentes nos autos.

III. Não há excesso de linguagem quando a Câmara julgadora apenas, e tão somente, fundamenta sua conclusão para não afrontar o art. 93, IX, da Constituição Federal. E ainda, trata-se de situação distinta da decisão de pronúncia, na qual o juiz deve ser parcimonioso em suas conclusões para não adentrar de forma aprofundada no mérito da causa, sob pena de nulidade.

Writ denegado. (STJ, HC 59151 / PR, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 06.11.2006, p. 351)

Nesses termos, impõe-se a anulação da decisão do corpo de jurados, com a conseqüente submissão do réu a novo julgamento.

Ante o exposto, dou provimento à apelação, para determinar que seja renovado o julgamento do apelado.

Recife, 12 de 05 de 2010


Des. Mauro Alencar de Barros

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis

175

APELAÇÃO CRIME Nº 208537-8 – Glória de Goitá (Vara Única)

APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

APELADO: **José Pedro de Lima.**

RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros.

REVISORA: Desa. Helena Caúla Reis.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de apelação criminal, interposta pelo Ministério Público, com fulcro no artigo 593, inciso III, letra "d", do Código Penal, contra decisão do Conselho de Sentença da Vara Única da Comarca de Glória de Goitá, que absolveu o acusado **José Pedro de Lima** da acusação da prática de homicídio simples, por ter o apelante, em tese, agido em legítima defesa própria.

Em as suas razões recursais, assevera o Órgão Ministerial, em síntese, que a decisão encontra-se em absoluto confronto com os depoimentos das testemunhas presenciais ao fato, com as declarações prestadas pelo acusado, absolutamente contraditórias, e, ainda, com as próprias circunstâncias do caso concreto, que demonstram claramente a natureza dolosa da conduta do réu, sem respaldo em quaisquer causas excludentes de ilicitude.

Conforme se infere da Denúncia, no dia 12 de março de 1998, por volta das 14:00 horas, no Distrito de Apoti, em Glória de Goitá-PE, o réu José Pedro de Lima assassinou a golpe de faca-peixeira a pessoa de Elias Barbosa de Souza. Ainda segundo a exordial, o acusado encontrava-se em frente à sua residência, ingerindo bebida alcoólica com amigos, quando a vítima, embriagada, tentou adentrar no local, sendo impedido pelo acusado, com quem havia travado discussão no dia anterior, empurrando-a. Em razão disso, a vítima muniu-se de uma faca que trazia consigo e lesionou o réu de forma leve; ato contínuo, o acusado, adentrou em sua casa, armou-se de uma faca-peixeira, voltou ao local onde a vítima se encontrava, e desferiu-lhe um golpe certo no peito, causando-lhe morte imediata.

As testemunhas presenciais ao fato, Severino João da Silva, Severino Simplicio José de Farias e José João de Lima, que declararam ser, inclusive, amigos do acusado, apresentaram, tanto na fase inquisitorial como em juízo, a mesma versão dos fatos declinada na exordial acusatória, atestando que o apelado não repeliu agressão atual, tampouco iminente, mas, sim, vendo-se ferido de leve, pelo golpe desferido pela vítima, e não mais



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis

175-A



sendo perseguido pela mesma, tampouco ameaçado, entrou em sua residência, tomou posse do objeto utilizado no crime, voltou ao local onde estava o ofendido e atacou-o. Ressaltaram as testemunhas, ainda, que não houve qualquer discussão entre acusado e vítima antes do golpe fatal, nem tampouco esta teria tentado impedir qualquer ação do réu (fls. 12/15, 48 e 52).

O próprio depoimento do apelado, prestado durante o inquérito, revela que não houve, no caso, causa excludente de ilicitude, porquanto agiu ele no claro intuito de revidar uma agressão anterior, já encerrada (fls. 11).

A Defesa não arrolou testemunhas, não havendo nos autos qualquer elemento de prova apto a confirmar a versão apresentada pelo acusado em juízo, de que o revide à agressão da vítima teria sido imediato.

Importante referir, ainda, que, em Plenário (fls. 132/133), José Pedro de Lima acabou por se contradizer, posto que, em um primeiro momento, afirmou que estaria na posse da faca-peixeira quando foi agredido pela vítima, tendo, *incontinenti*, repellido o ataque; logo depois, entretanto, explanou que não se recordava de que já estaria armado, quando foi atingido pelo ofendido.

Outrossim, mesmo que se considerasse ter agido o réu sob o manto da legítima defesa própria, teria ele, no mínimo, excedido dolosamente na repulsa a tal agressão, porquanto foi atingido por uma faca de cortar pão, sofrendo pequeno ferimento superficial de apenas 21 mm de extensão (perícia traumatológica de fls. 17), e, em resposta, utilizou-se de uma faca-peixeira de oito polegadas, provocando na vítima ferimento deveras grave, de 13 cm de extensão, que, como dito, foi suficiente para causar-lhe a morte ainda no local do fato (perícia tanatoscópica de fls. 17).

Logo, claro está que a tese acatada pelos jurados, de que teria o réu agido sob o manto da excludente de antijuridicidade, prevista no artigo 25 do Código Penal, é insustentável, pois tem como base apenas as confusas declarações prestadas por José Pedro de Lima, que, saliente-se, são totalmente dissonantes da prova colhida e da própria versão por ele apresentada perante a autoridade policial. Demonstra-se, indubitavelmente, inevitável submeter o acusado a novo julgamento, vez que a decisão dos Senhores Jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ABSOLVIÇÃO: LEGÍTIMA DEFESA. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA: MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS: NÃO VIOLAÇÃO. ORDEM DENEGADA.



176

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis



- 1. Esta Colenda Turma tem se posicionado, de forma muito criteriosa - e de outro modo não poderia ser -, em defesa da manutenção das decisões proferidas pelo Conselho de Sentença, impedindo que o Tribunal de Justiça viole o princípio da Segurança dos Veredictos.**
- 2. A caracterização da violação do referido princípio implica adoção, pelo Tribunal de Justiça, de uma das versões alternativas e verossímeis, em contraposição àquela aceita pelo Júri Popular.**
- 3. Estando, de outra parte, a decisão em completa dissociação com o conjunto probatório produzido nos autos, caracterizando arbitrariedade dos jurados, deve, o Tribunal de Justiça anulá-la, sem que isso signifique qualquer tipo de violação dos princípios constitucionais.**
- 4. In casu, o Impetrante não logrou demonstrar a dinâmica dos fatos ocorridos, tampouco apresentou as provas que teria lastreado a absolvição, ao contrário, colhe-se dos autos que o Tribunal de Justiça, examinando o conjunto fático-probatório, entendeu ser a tese da legítima defesa carente de sustentação probatória.**
- 5. Ordem denegada.** (HC 37687/SP; Relator: Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA; Órgão Julgador: T6 – Sexta Turma. Data do julgamento: 16/06/2005; Publicação: DJ 01.07.2005).

Em sendo assim, e comungando com o parecer ministerial nesta 2ª Instância, dou provimento ao apelo ministerial, para determinar que **José Pedro de Lima** seja submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, expedindo-se o competente mandado de prisão, após o trânsito em julgado da presente decisão.

É como voto.

Recife, 12 de maio de 2010.

Desa. Helena Caúla Reis
Relatora

Risguei.
Em 12-5-10